

A possibilidade da construção de três pequenas usinas hidrelétricas em trechos do Rio Macaé, que margeia a RJ-142 (que liga Nova Friburgo a Casimiro de Abreu), assusta e preocupa os friburguenses. A PCH Rio Bonito, PCH Rio Macaé e PCH Casimiro de Abreu seriam construídas ao longo de cerca de 15 km do Rio Macaé, da altura do Poço Feio em diante.

Cada PCH seria composta de uma barragem para represar as águas do rio para criar um lago que abasteceria dutos de grande diâmetro que ficariam dentro de uma galeria subterrânea a ser escavada e dinamitada, na medida de quatro metros por quatro metros. Essa galeria teria a extensão de cerca de quatro quilômetros e a água seria captada por uma unidade geradora de energia, sendo daí transmitida por torres em área a ser desmatada para esse fim.

Como cada PCH teria a extensão de cinco quilômetros, seriam 15 km de represas, galerias subterrâneas, dutos, centrais geradoras e torres de transmissão. Esta captação corresponderia a cerca de 50% do volume da água do rio, possivelmente em período anterior ao da atual estiagem, que dura anos e que vem secando várias nascentes. O projeto poderia causar um grande impacto destrutivo ao ambiente.

As águas do Rio Macaé brotam em uma nascente próximo ao Pico do Tinguá, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima, um dos maiores trechos de Mata Atlântica preservada do estado do Rio.

O curso do rio tem cerca de 136 km, corta a serra em direção ao mar, e tem grande importância para a indústria petrolífera e a geração de energia termoelétrica, a produção de alimentos e o abastecimento de milhares.

Apesar da responsabilidade do licenciamento não ser do município, Alexandre Sanglard, secretário de Meio Ambiente, fala sobre a possibilidade de concretização do projeto.

– Na verdade, esse projeto não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. É uma concessão do Governo Federal e o que rege a legislação ambiental é de competência de um órgão do estado: o Inea. Sendo assim, não temos o poder de licenciamento, mas o posicionamento da Prefeitura é contrário à construção dessas PCHs por se tratar de uma área

de grande interesse ambiental e turístico. Uma intervenção desse porte feita em uma área de proteção ambiental é muito delicado. No momento, não temos nada de concreto, apenas prospecções. Ainda não fomos procurados oficialmente por nenhum órgão do Governo Federal nem do Estado. A fase ainda é bem embrionária. A população também deve mostrar a insatisfação e futuramente podemos recorrer às esferas estadual e federal para mostrar a nossa insatisfação – disse Sanglard.